

1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Araras (CoMCulturA)

Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho de 2023 às 16h no Centro Cultural ‘Leny Oliveira Zurita’ de Araras/SP aconteceu a 1ª Reunião de Extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Araras (CoMCulturA). Estiveram presentes: Débora de Souza Simões, João Mauro de Assis (Johnny), José Gonçalves Filho (Paraíba), Marcelo Daniel (Mussa). Além dos integrantes do Conselho também estiveram presentes Leo Thim e Murilo Jacintho, novo diretor de cultura da cidade de Araras. Justificaram ausência: Alexandre Braz. Ângelo Martins, Junior Fabri, Katiuscia Marques e Luiza Massarelli. A pauta da reunião foi sobre o andamento da Lei Paulo Gustavo no município e esclarecimentos sobre o Plano de Ação referente a mesma lei.

A Pauta da reunião possuía os seguintes questionamentos:

1. Qual é o cronograma da Secretaria de Cultura em relação à Lei Paulo Gustavo?
2. Estão se programando para a aprovação da suplementação da Lei Orçamentária Anual (LOA)?
3. É possível utilizar o Fundo de Cultura como complemento do inciso que não o do áudio visual?
4. A Secretaria pretende utilizar a verba par ao Cine Santa Helena?
5. A Secretaria irá requerer toda a verba da Lei Paulo Gustavo prevista para Araras?
6. A Secretaria irá colocar interesse nas verbas remanescentes?
7. Como funcionará a banca de pareceristas?

Dando início à reunião, Marcelo Daniel (Mussa) iniciou a reunião falando a falta de uma Política Cultural do município de Araras, ressaltou que atualmente existe apenas espaço apenas para quem é da música e que os outros segmentos estão sofrendo um apagamento, que a Secretaria está se tornando uma secretaria de eventos, ressaltou ainda sobre o papel do próprio Conselho de Cultura, que está realizando apenas reuniões de cobrança e não está conseguindo ser propositivo nas suas outras funções. Todos do Conselho concordaram com a sua fala. Em seguida, Mussa questionou sobre o uso da verba do Fundo de Cultura, que corresponde à R\$ 52.500,00. Murilo respondeu que não é possível utilizar a verba para entrar nos editais da Lei Paulo Gustavo, mas que poderia ser utilizada em um edital do Fundo de Cultura. Mussa falou que essa proposta de complemento foi dada pela Katiuscia Marques, pois a verba destinada aos outros segmentos artísticos que não o audiovisual é pouco para a demanda de classe artística ararense. Em relação à esse ponto, Murilo disse que pretende realizar oficinas antes dos editais saírem sobre “Como readequar o seu projeto em um projeto audiovisual”, para que os outros segmentos não percam a oportunidade de se inscreverem nas categorias do audiovisual.

Sobre o cronograma, Murilo disse pretende enviar o Plano de Ação até o dia 30/06/2023, em seguida

assinar o Termo de Adesão para receber a verba no dia 17/07/2023, explicou que no Plano de Ação irá requerer toda a verba destinada à Araras, à essa que será acrescido um aporte referente às verbas de outros municípios que não utilizarão toda a verba ou que não aderiram à Lei Paulo Gustavo. Com o termo de adesão assinado, a Secretaria deve se antecipar para a fase de suplementação do orçamento que irão receber, essa que deve ser aprovada na Câmara, em relação à isso, Murilo lembrou que provavelmente o legislativo estará em recesso, então a Secretaria deverá solicitar uma extraordinária para a aprovação. Murilo disse que nesse tempo entre a assinatura do termo de adesão, já irá esboçar o edital e, com a aprovação da suplementação na Câmara, pretende realizar uma escuta cultural para pautar o edital, lembrou que o próprio Ministério da Cultura já tem um esqueleto do mesmo. Mussa sugeriu dos próprios segmentos artísticos se reunirem, discutirem suas demandas e para a escuta já chegarem com suas sugestões. Murilo concordou, mas disse que pensou em usar a estrutura que outros municípios estão fazendo, de criar categorias do audiovisual, por exemplo: minidocumentário, videoclipe, média metragem, entre outros. Para isso, eles devem ter previstos quantos inscritos terão em cada categoria e já prevendo o remanejamento das verbas. Débora questionou sobre como pretendem utilizar a verba de manutenção das salas de cinema e se pretendem utilizar a verba para o Cine Santa Helena, Murilo respondeu que não pretendem utilizar, mas sim que irão lançar o edital, caso não haja proponentes para essa alínea, a Secretaria pretende utilizar a verba para melhorias no CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados "José Olavo Paganotti" e no auditório do Centro Cultural 'Leny Oliveira Zurita'.

José Gonçalves Filho (Paraíba) questionou "Qual o público que queremos atingir?", explicou sua pergunta dizendo que estão previstos os editais e os trabalhos, mas que os eventos e espaços culturais estão sempre vazios, então "Como fazer com o que o público vá até os lugares?". Murilo respondeu que o público tem que saber o que está acontecendo e que tem que ser estimulado a ir, por isso, é importante que os editais contem com um Plano de Comunicação e que a própria Secretaria também deverá trabalhar para a difusão dos projetos.

Débora questionou sobre a avaliação dos projetos culturais e Murilo respondeu que irão contratar três pessoas de fora da cidade de Araras para formar a banca de pareceristas da área da cultura.

Para finalizar a reunião, Murilo lembrou da necessidade de realizar um mapeamento orçamentário para definir como vai estabelecer o edital, trabalho esse que pretende realizar após a assinatura do Termo de Adesão e que necessitará da ajuda do Conselho para isso. Ressaltou ainda que a verba da Lei Paulo Gustavo deverá ser implementada até o dia 31/12/2023.

Essa ata foi lavrada por mim, Débora de Souza Simões, no dia 21 de junho de 2023.